

O Processo da Escolha Conjugal sob a Perspectiva da Psicanálise Vincular

Thiago de Almeida¹

“Há uma tendência das coisas vivas a se unirem, a estabelecerem vínculos, a viverem umas dentro das outras, a retornarem a arranjos anteriores, a coexistirem enquanto é possível. Este é o caminho do mundo” (Lewis Thomas).

Resumo

A escolha de uma parceria, para um relacionamento afetivo-sexual como o namoro ou o casamento é uma das mais importantes decisões que faremos ao longo da vida ao se levar em consideração que o amor e os relacionamentos amorosos ocupam um lugar de destaque na vida humana por promover sentidos e significados diferenciados ao enfrentamento das nossas dificuldades cotidianas. As interações, os vínculos, os afetos, as alianças e os compromissos que resultam deles dão sentido às nossas vidas. Infelizmente, essa importância é mais bem percebida quando as relações não estão satisfatórias entre as pessoas que se escolhem, ou ainda, tem a sua durabilidade comprometida. A análise das interfaces da formação do vínculo conjugal será feita aqui com base na conceituação de René Kaës sobre a constituição do sujeito psíquico e na abordagem da Psicoterapia Vincular no que concerne ao processo da escolha de parcerias amorosas.

Palavras-chave: amor; vínculo; afeição; encontro; conjugalidade.

The Process of Marital Choice Conjugal under the Perspective of Psychoanalysis Bond

Abstract

The choice of a partner for an affective-sexual relationship such as dating or marriage is one of the most important decisions you'll make throughout life when taking into consideration that love and loving relationships occupy a prominent place in human life by promoting the different senses and meanings of our everyday coping difficulties. The interactions, bonds, affections, alliances and commitments that result from them give meaning to our lives. Unfortunately, this importance is most clearly seen when the relations are not satisfactory among people who choose, or when the relations has compromised its durability. The analysis of the formation of the marital bond interfaces will be

¹ Psicólogo (CRP 06/75185). Mestre pelo Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Atualmente é doutorando pelo o Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Pesquisador associado ao Laboratório de Avaliação Psicológica do Amor - LAPA da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil e pesquisador associado ao Grupo de pesquisa e extensão sobre sexualidades - GSEXs- UNESP, Brasil.

made here based on the concepts of René Kaës on the constitution of the psychic subject and Psychotherapy Bind approach in relation to the process of choosing loving partnerships.

Keywords: love; bond; affection; mate; conjugality.

Muitas pessoas buscam ativamente por uma parceria para constituir um relacionamento estável com a qual pretenderão formar uma família ou um plano de vida a dois. E, mesmo para aquelas pessoas que já foram casadas um dia e que passaram pela experiência desse rompimento amoroso, essas parecem não desistir de trilhar pelos caminhos do amor e estão dispostas a encontrar uma parceria amorosa para suas vidas. Dessa forma, ir ao encontro de uma parceria ideal se constitui um objetivo a ser alcançado, não importando se isso venha a acontecer em uma primeira escolha ou em possíveis escolhas subsequentes. E é neste contexto de busca e de eleição de uma parceria amorosa, com vistas a encetar um relacionamento estável, que muito se ouve falar em ‘alma gêmea’, ‘cara metade’, ‘príncipe ou princesa encantados’, ‘homem perfeito’, ‘mulher dos sonhos’ e ‘homem ou mulher ideal’, somente para citarmos algumas das simbolizações, à procura de uma parceria idealizada. Mas, que esferas cognitivas estão envolvidas no início, na manutenção e na ratificação de um compromisso íntimo e em que princípios estão fundamentadas as escolhas que fazemos pelos nossos pares românticos? Será que podemos considerar que as pessoas ao fazerem uma escolha amorosa para suas vidas estão cientes das variáveis nela implicadas?

As motivações para a escolha de um parceiro com vistas à conjugalidade têm sido abordadas por correntes psicológicas diversas, que apontam diversos fatores envolvidos nessas escolhas. Para este trabalho, será focado como as escolhas dos parceiros visando à conjugalidade será entendido pela a Psicanálise Vincular.

A importância do amor no cotidiano

Atualmente, o tema relacionamentos amorosos tem sido uma das áreas mais importantes (e geralmente problemáticas) da vida das pessoas. Afinal, as interações, os vínculos, os afetos, as alianças e os compromissos que resultam deles dão sentido às nossas vidas. Infelizmente, essa importância é mais bem percebida quando as relações não estão satisfatórias entre as pessoas que se escolhem, ou ainda, têm a sua durabilidade comprometida. No entanto, não há aquele que possa admitir para si mesmo que não seja afetado pelo amor, seja o amor próprio, ou a provisão do amor alheio, ou pela a falta desses. E o isolamento, embora uma possibilidade da condição existencial, caso torne-se majoritário, pode vir a se tornar um elemento devastador para a psique, de onde podemos depreender que o amor e os relacionamentos amorosos ocupam um lugar de destaque na vida humana por darem sentidos e significados diferenciados ao enfrentamento das nossas dificuldades cotidianas.

A vivência do amor genuíno se enraíza por meio da afirmação da alteridade, da capacidade de se compreender a interioridade do outro; o amor é, assim, uma experiência que preconiza a intersubjetividade, comunicando-se então os afetos de pessoa para pessoa. E, ao que parece, no que concerne ao campo dos relacionamentos íntimos a busca por se relacionar e se vincular

amorosamente com uma ‘alma gêmea’ ou ‘a cara metade’ provavelmente e, em algum momento da vida, afetará as pessoas. De fato, a escolha de uma parceria para um relacionamento afetivo-sexual como o namoro ou um casamento é uma das mais importantes decisões que faremos ao longo da vida. E a escolha conjugal é um tema bastante relevante no estudo do ciclo da vida familiar e, segundo Minuchin e Fishman (1990), o período da eleição de uma parceria e a formação de um novo casal demarca, por vezes, o início da família. Ainda que observemos a grande fragilidade da satisfação entre os pares, que pode ou não traduzir em durabilidade para os relacionamentos amorosos contemporâneos, pode-se constatar que cada pessoa passará pelo o processo de escolha de parceiros somente umas poucas vezes na vida. Esta escolha e os vínculos dela resultantes podem ser francamente destrutivos ou altamente terapêuticos, no sentido de poder impulsionar mudanças em direção à saúde, ou de estimular um funcionamento psicológico mais adequado.

O conceito de vínculo e a transmissão da vida psíquica

A inquestionável necessidade humana de estar em um vínculo para constituir-se como sujeito é uma necessidade de/para toda a vida. Cada nova vinculação traz a possibilidade de inscrever novas marcas e de constituir a subjetividade (Berenstein, 1998). Historicamente o termo vínculo tem sido utilizado, muitas vezes, como sinônimo de ‘Relação’, ou ainda, para ‘relacionamento amoroso’. E não nos confundamos: Estar junto não equivale a estar vinculado, e tampouco, "entender-se não significa estar de acordo". Estabelecer um vínculo corresponde, sim, a estabelecer um contrato inconsciente mediante acordos e pactos, conforme apontam Puget e Berenstein (1993) quando abordam a questão da intersubjetividade, a respeito dos desencontros e dos obstáculos enfrentados pelos casais na constituição do vínculo conjugal.

Para Bertran e Gomes (2013), bem como para Puget e Berenstein (1993), o vínculo conjugal origina-se nas alianças psíquicas, em oposição à força dos vínculos biológicos, e define-se por determinadas características em que acordos conscientes e inconscientes são demandados. Requer um projeto de vida em comum que no modelo tradicional associa-se à construção de uma família monogâmica, contratos de fidelidade, ênfase na relação afetiva etc. A dificuldade de reconhecer a diferença, ou seja, a dificuldade de suportar a alteridade (ou ‘ajenidad’) é um dos maiores obstáculos para o encontro dos parceiros e para a formação do casal (Araújo, Gomes & Paiva, n. d.). Complementarmente, para Bittencourt:

O casal amoroso é um ser em relação onde os dois polos estabelecem aquela que é muitas vezes a difícil conciliação entre individualidade e alteridade. Com efeito, amar não significa a anulação radical do “eu” para melhor afirmação do “outro”, mas sim a capacidade de se criar uma convergência existencial na qual a nossa singularidade só se realiza efetivamente quando nossos afetos, valorações e ações são direcionados calidamente para o ser amado (Bittencourt, 2013, p. 22).

E o autor complementa, ao afirmar que:

Isso não é a anulação do indivíduo em prol do outro, mas a constatação de que a vida plenificada no amor só faz sentido quando transcendemos nossas limitações individuais e nos capacitamos a compreender as demandas existenciais do outro em sua própria interioridade, e nada mais intenso do que o amor para revelar os mistérios sagrados dessa comunhão (Bittencourt, 2013, p. 23).

Na psicanálise tradicional, com referencial individual, 'vincular-se' ou 'relacionar-se' se refere mais a conteúdos ou objetos internos, denominados de mundo e/ou espaço psíquico intrasubjetivo. Entretanto, por muito tempo, a psicanálise relegou às outras ciências humanas, que não ela, o espaço compreendido pelo intersubjetivo e o transobjetivo (Araújo, Gomes & Paiva, n. d.). Berenstein e Puget (2004) definem o "vínculo como sendo o inconsciente em sua maior densidade: é o que dá pertencimento e estabelece uma descontinuidade e uma continuidade entre os eus. Esta última se constrói na fantasia como defesa ante a percepção de descontínuo" (p. 2). No tratamento psicanalítico de casal e família o termo 'vínculo' ganhou mais especificidade, já que na literatura havia um uso indiscriminado do mesmo. De acordo com Mateus:

Um vínculo é estabelecido a partir de estipulações equivalentes a um contrato inconsciente. Ele se realiza mediante acordos e pactos inconscientes. As estruturas vinculares são estruturadas via pactos, normas, acordos, regras e teorias inconscientes. Os pactos podem reforçar os acordos e tendem a especificar elementos diferentes provenientes do espaço mental incompartilhável de cada ego. Nesse sistema, o desejo não é compartilhado. Trata-se de dois desejos distintos, realizados graças à ajuda do outro integrante do casal para sustentar a complementaridade de tipo sucessividade. Um acordo seria a apropriação mútua e compartilhada de aspectos de cada ego. Haveria uma parte incompartilhável que, para manter o vínculo, serviria como núcleo da criação de pactos. Acordos são o resultado de um tipo de combinação, nova organização mental e vincular entre aqueles aspectos compartilháveis, partindo de cada um dos espaços mentais do sujeito, e resultam do desdobramento da tendência a unificar seus funcionamentos mentais e vinculares (Mateus, 2007, p. 212).

De acordo com alguns autores (Jaroslavsky & Morosini, 2010; Zanetti & Gomes, 2013) pode-se entender, portanto, que o vínculo precede a relação de objeto ao se levar em consideração que esta corresponde a uma fantasia de interiorização do vínculo que se formou e se desenvolveu com um objeto da realidade externa. Jaroslavsky e Morosini (2010) ainda consideram que existe uma relação dialética entre vínculo e a relação de objeto, posto que a relação de objeto é o motor e a matriz do vínculo, organizando-o e criando-o. Há que se ressaltar aqui o caráter de transformação que o vínculo prescreve às pessoas, pois as leva a questionar realidades inconscientes específicas que se diferenciam daquela vivenciada com o outro ego.

O vínculo pressupõe a existência de mecanismos projetivos cruzados e de diferentes formas de identificação, e toda a emissão proveniente do outro sujeito deverá ser tratada e elaborada pelo aparelho psíquico da pessoa (Eiguer, 2008). Então, para esse autor, cada objeto internalizado conserva um apetite de ligação com os outros objetos, pois o ego o situa e ativa instâncias

psicológicas de um trabalho mobilizado pelos gestos e pelo comportamento do outro que, inclusive, podem ser transmitidos ao outro com o qual eu me vinculo.

A transmissão da vida psíquica é um conceito psicanalítico que considera como herança familiar também aquilo que se herda dentro de uma cadeia de gerações que a precederam em termos de dinamismos psíquicos, que pode ou não ser elaborada e transformada. Kaës (2005b) fundamenta-se em Freud (1929/2006), com o texto ‘O mal-estar da civilização’, para poder evidenciar o processo da renúncia à realização direta dos fins pulsionais por meio de um contrato em que o homem abdica de uma parte da felicidade para trocá-la por segurança. Por esta perspectiva, Freud (1929/2006) aponta que a vida civilizada constrói-se por meio da edificação de um direito ao qual todos os membros que aderirem à comunidade possuem por terem contribuído ao sacrificar sua pulsão instintiva pessoal. Para Kaës (2005b), sobre esta base a comunidade se protege “contra a violência do indivíduo, impõe a necessidade e torna possível o amor” (p. 19). Para Kaës (2001) quando Freud (1921/2006b), em sua obra *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego* destacou a presença da intersubjetividade na constituição psíquica do sujeito, o conceito de transmissão psíquica passou pioneiramente a ser incorporado à Psicanálise.

Kaës (2001) pontua que os pontos centrais da questão da transmissão estão no cerne das interrogações de Freud, inaugurando a existência de um sujeito da herança, que está dividido “como o sujeito do inconsciente, entre a necessidade ‘de ser um fim para si mesmo’ e de ser ‘o elo de uma cadeia à qual está sujeito sem a participação da vontade’” (p. 11). Este autor também considera que a identificação é o principal mecanismo envolvido no processo da transmissão psíquica entre gerações. Indica que, nesse processo, transmite-se também “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas” (p. 9). De acordo com Gomes e Zanetti:

Este trabalho permite que o indivíduo se vincule a um grupo, esse grupo a outro, num encadeamento de gerações, é o que dá a noção de “pertencimento” e o que permite a construção da própria subjetividade, dentro de um processo de transformação, de criação, do material que é transmitido. É por esse processo que o indivíduo também se torna, por um lado, autor e por outro, proprietário de sua herança. Em última instância, é algo que representa e permeia a história pessoal, familiar e da própria civilização. (Gomes & Zanetti, 2009, p. 95).

A transmissão da vida psíquica e a Psicanálise Vincular

A clínica vincular é parte do campo psicanalítico na qual se pode identificar os mecanismos de transmissão da vida psíquica do sujeito. De acordo com Mandelbaum (2007, p. 175) na clínica vincular, “quando os sujeitos entram em relação, o vínculo que se estabelece, ainda que contenha elementos de repetição, é um acontecimento novo, com características inéditas e irredutíveis às subjetividades individuais, e modifica os sujeitos” nela implicados. Adicionalmente, esta autora afirma: “o vínculo os constitui. Cria os seus sujeitos e cria o seu próprio inconsciente, que só podemos examinar quando os sujeitos estão na presença do outro” (Mandelbaum, 2007, p. 175). Por essa

razão, esses aportes se desenvolveram a partir da observação de casais, famílias e grupos; para abarcarem fenômenos não acessíveis a uma psicanálise circunscrita ao campo do individual.

Na rede de relações nas quais nos constituímos como sujeitos, continuamente transmitem-se e são recebidas mensagens conscientes e inconscientes. As redes são vias de transmissão e os sujeitos são a um só tempo ativos e passivos no que transmitem e no que recebem. No processo de transmissão psíquica entre as gerações, a identificação é o principal mecanismo envolvido (Kaës, 2001). Nesse processo, transmite-se também “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas” (Kaës, 2001, p. 9). Essa forma de transmissão é denominada de transmissão psíquica geracional e envolve um trabalho de ligações e de transformações entre as gerações.

O que se transmite psiquicamente “são essencialmente configurações de objetos psíquicos, isto é, objetos munidos de seus vínculos com aqueles que precedem cada sujeito” (Kaës, 2005a, p. 128). Dessa forma, transmitimos mensagens que criamos e também as que nos atravessam, das quais somos mensageiros, em geral sem saber. Somos depositários de mensagens alheias, que recebemos a partir de nossas formas singulares de compreensão. Este processo permite que o indivíduo se vincule a um grupo, esse grupo a outro, num encadeamento de gerações, é o que dá a noção de “pertencimento” e o que permite a construção da própria subjetividade, dentro de um processo de transformação, de criação, do material que é transmitido. É por esse processo que o indivíduo também se torna, por um lado, autor e por outro proprietário de sua herança. Em última instância, “é algo que representa e permeia a história pessoal, familiar e da própria civilização” (Granjon, 2000, p. 24).

De acordo com Mandelbaum (2007) a clínica vincular, ao observar os processos ativos e operantes nos vínculos familiares, pode descrever formas de transmissão psíquica que se dão entre as gerações e são constituintes dos sujeitos implicados. Por esta linha de pensamento, cada sujeito é herdeiro de experiências anteriores, que tanto podem enriquecê-lo, e favorecem o seu desenvolvimento, como podem atá-lo a histórias e demandas de outros, das quais se torna cativo.

Para que os vínculos possam ser mantidos, elementos que não puderam ser reprimidos precisam ser negados, realizando-se então pactos denegativos. O pacto denegativo seria um tipo de aliança inconsciente que se impõe entre os laços intersubjetivos e se relaciona com o negativo, ou seja, com aquilo que não pôde ser retido, contido, que não é lembrado, o que “não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique da criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória; para os quais um trabalho de luto não pôde ser realizado”, em suas várias formas (Kaës, 2005a, p. 128). A principal função desse contrato (pacto denegativo), de acordo com este autor, é manter a continuidade de investimento de autoconservação em cada sujeito e no conjunto do qual faz parte. Além disso, possibilita ao grupo familiar manter uma ideia de temporalidade, de projeto e de futuro, na medida em que cada membro do conjunto se responsabiliza por manter vivo o passado e o futuro dos valores e crenças particulares, daquilo que dá singularidade àquela formação familiar.

Embora o pacto denegativo tenha uma função defensiva (alianças defensivas) e comporte uma deriva patológica, Kaës (2005b) salienta que ele tem a função de manter unida uma família, um grupo ou um casal, porque se trata justamente do pacto inconsciente entre os psiquismos de manter sob recalcamento tudo aquilo que não pode ser tolerado pelos membros da união. Assim, esses pactos são estruturas organizadoras dos vínculos, mas de caráter defensivo (Kaës, 1991). Ainda, para este autor, todo o espaço psíquico comum e compartilhado pelos membros de uma mesma família, de um casal, de um grupo ou de uma instituição contém formações metapsíquicas desse tipo. Assim, o pacto denegativo está presente no núcleo da origem e do fundamento da família, do grupo social, das leis e do sujeito singular (Trachtenberg, Kopittke, Pereira, Chem, & Mello, 2005) e se apresenta através de duas polaridades. A primeira delas é positiva na medida em que organiza o laço intersubjetivo, enquanto a outra é negativa, pois está baseada em um mecanismo defensivo. A polaridade organizadora apoia-se nos vínculos e se caracteriza pelo arranjo que cada grupo particular faz sobre os investimentos mútuos e identificações comuns como com uma comunidade de ideais e crenças ou realizações de desejos possíveis.

Conseqüentemente, de acordo com Silva e Becker:

o tratamento vincular viabilizaria, a representação dos afetos que, não encontrando lugar no espaço intersubjetivo, eram transmitidos transgeracionalmente pelo negativo. A transferência no tratamento permite a criação de um lugar para a expressão desses vazios de representação, desses bolsões de intoxicação (Silva & Becker, 2006, p. 116).

A noção de vínculo surge serodidamente na teoria psicanalítica e é diferenciada tanto do conceito de representação bem como de relação objetal. Apareceu, segundo Mogueillansky (1999), desde a necessidade de conceber o sujeito do inconsciente como um sujeito da herança e da crescente importância de considerar o intersubjetivo na constituição do indivíduo, no esteio de suas relações familiares.

A relação de objeto refere-se à relação que o ego tem com um objeto, mais precisamente com um objeto interno (Mogueillansky, 1999). De acordo com Zanetti e Gomes (2013) a relação do ego ou do self com o objeto internalizado condiciona, media, colore a relação com o objeto externo. A noção de vínculo, por sua vez, esteve presente desde o início na obra freudiana, mas passou a ganhar mais peso e consistência teórica com as obras de Bion (1975), de Puget e Berenstein (1993) e de Kaës (1997). O conceito de vínculo tem como característica básica o fato de ser um fenômeno que aborda a mediação, a construção intersubjetiva entre os sujeitos e, assim, cada ego que constitui a dupla tem importância nessa constituição. Isso significa que aspectos relativos à singularidade do outro têm a potencialidade de atingir a constituição subjetiva do eu. Destacam Trachtenberg et al. que:

Na relação vincular, o desejo circula de forma bidirecional, pois ambos os egos são, simultânea e sucessivamente (pacto, acordo), lugar do desejo e da realização do desejo do outro. Já a relação de objeto, entendida como o registro no mundo interno dos objetos parciais ou totais nos quais o ego investe de forma unidirecional, é intraterritorial da perspectiva do aparelho psíquico, delimitando o espaço intrasubjetivo. (Trachtenberg et al., 2005, p. 171-172).

Dessa forma, a relação vincular evidencia o caráter de transformação que o vínculo impõe ao sujeito, pois o leva a questionar realidades inconscientes específicas que se diferenciam daquela vivenciada com o outro ego. O vínculo intersubjetivo deve ser concebido como uma relação de reciprocidade entre dois sujeitos cujos inconscientes se influenciam mutuamente, segundo Eiguer (2008). O termo intersubjetivo ligado ao de vínculo significa, para o autor, que estão reunidos, na verdade, três psiquismos: o do sujeito, o do outro e o da relação entre eles, sem que nenhum deles possua privilégio sobre os demais. Não se trata, por isso, de pensar sobre uma relação que se estabelece entre duas subjetividades, mas entre dois sujeitos do inconsciente. O sujeito do inconsciente busca no outro uma via para a realização de seus desejos.

Assim, didaticamente podemos diferenciar o processo de transmissão psíquica em:

- Intergeracional (ou com transformação): Refere-se a um tipo de transmissão cujo material psíquico pôde ser elaborado, trabalhado na fantasia, pela geração precedente. Esse tipo de transmissão é consciente e promove a continuidade da vida psíquica;
- Transgeracional (ou sem transformação): Significa algo que atravessa as gerações de maneira inconsciente, sem deixar espaço para a transformação. Trata-se de material psíquico que não foi aceito, acolhido pela (s) geração (ções) precedente (s), são verdades escondidas, proibidas de serem ditas, episódios de violência, vergonha, humilhação, que se transformam em “não-ditos” que precisam ser esquecidos. Contudo, a geração seguinte receberá este material da mesma forma.

Calligaris (2009) destaca que um dos bons pretextos para se casar é poder culpar o cônjuge — por boa parte de nossas covardias e impotências. Os descontentamentos pessoais, oriundos de inúmeras fontes, acabam muitas vezes por eclodir no vínculo conjugal, pois depositamos no outro as nossas próprias angústias e as recriminações de não termos alcançado o que esperávamos em termos da própria vida. Entretanto, para além disso, provavelmente a busca de uma parceria amorosa está associada à incompletude existencial própria do ser humano. Estar casado é para muitos ainda uma tentativa de encontrar um refúgio e um amparo na sociedade atual. Alguns casais buscam na vida conjugal viver algo diverso do que foi vivido em suas famílias de origem.

As alianças psíquicas entre os sujeitos

Outra base de considerável importância para o fenômeno da transmissão da vida psíquica é a “aliança inconsciente” (Kaës, 2005a). Para este autor, as alianças servem para unir uns aos outros em um grupo, em um casal, em uma família ou em um conjunto institucional, referindo-se a elas como o “cimento” da matéria psíquica.

Um vínculo instituído se apoia nas alianças conscientes e inconscientes que o casal estabelece. De acordo com Fernandes (2004), a aliança inconsciente pode ser pensada como uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles,

certos processos, certas funções, ou certas estruturas das quais eles tiram um benefício tal que a ligação que os mantêm juntos, toma para sua vida psíquica um valor decisivo (Fernandes, 2004).

Dentre as “alianças inconscientes”, Kaës (2009) assinala que o contrato narcísico (Castoriadis-Aulagnier, 2001) possui um papel central no processo de transmissão psíquica, já que este prescreve cada sujeito que vem ao mundo na sociedade e na continuidade geracional, enquanto portador da missão de assegurar sequência do conjunto social, do qual pertence. Para Zanetti e Gomes (2013) este contrato tem a função de sustentar os investimentos narcísicos de autoconservação de cada sujeito e do grupo. Dessa forma, segundo essas autoras, cada sujeito assume o seu lugar no grupo, significado pelas vozes, pelo conjunto com seus discursos narrativos, seus valores e seus mitos fundadores do grupo, sua cultura e as certezas, que serão transmitidos, de geração em geração. Assim, o contrato narcísico favorece o processo de identificação, projeta um futuro à criança e assegura a transmissão da vida psíquica intergeracionalmente, inscrevendo genealogicamente o sujeito.

Além dessas alianças, o vínculo conjugal também acaba sendo sustentado tanto pelo desejo dos cônjuges quanto pela comunidade que o reconhece como tal. Essa sustentabilidade dada e vivida pelo par conjugal possibilita que o casal estabeleça uma identidade e um funcionamento próprio (Paiva, 2009).

A análise das interfaces da formação do vínculo conjugal será feita aqui com base na conceituação de René Kaës sobre a constituição do sujeito psíquico. Granjon (2000) evidencia que os processos de transmissão psíquica se sucedem por meio de elos entre diferentes níveis intrapsíquicos e níveis intersubjetivos, graças aos agenciamentos e às aparelhagens psíquicas mobilizadas. Nesse processo é possível haver modificações e alterações, que podem conduzir a uma diferenciação entre aquilo que é transmitido e aquilo que é herdado e, posteriormente, obtido. Assim sendo, “o processo de transmissão psíquica intergeracional permite que cada geração se localize perante as gerações que a antecederam, inserindo cada sujeito em uma cadeia e em um grupo e possibilitando que o sujeito se aproprie de seu legado e construa sua própria subjetividade” (Granjon, 2000, p. 24). Complementarmente a essa discussão Gomes aponta que:

A história familiar herdada das gerações anteriores faz-se presente na formação do psiquismo do indivíduo. Dependendo do modo como ele a recebe, pode-se tornar um prisioneiro dessa herança ou pode-se tornar um herdeiro dela. Tudo dependerá da possibilidade que o psiquismo desse indivíduo tem para elaborar as heranças psíquicas recebidas. É assim que também ocorre na formação psíquica do casal, que tem, em sua origem ou constituição, todos esses movimentos desencadeadores e determinantes das escolhas e manutenção dos pares conjugais (Gomes, 2007, p. 58-59).

Entretanto, há ainda a possibilidade que esse o conteúdo herdado não seja elaborado e, tampouco transformado. Temos, então, uma transmissão transgeracional, que é aquela em que o herdeiro não pode se beneficiar das modificações que permitem a integração psíquica (Granjon, 2000).

Um homem e uma mulher, ao se casarem, levam consigo, na formação do vínculo conjugal, o legado familiar de cada um. Cada cônjuge tem a missão de atualizar e de conviver com as bagagens psíquicas do seu (sua) parceiro (a). Consequentemente, pode-se pensar, sob a ótica da teoria de Kaës (2003 a, b), que o vínculo conjugal está alicerçado naquilo com que o casal não pode se deparar e que precisa ser negado. Então, a vida do casal organiza-se apoiada nos recalcamientos e restos deixados de lado que poderiam gerar sofrimento.

Segundo Eiguer (2006), os estudos que tratam sobre a incidência do transgeracional na vida conjugal devem levar em consideração as dinâmicas inconscientes que ligam os dois parceiros e que os precedem que podem dar tanto uma continência aos elementos oriundos das heranças transgeracionais, numa tentativa de elaborá-los, bem como transformar esses espólios familiares em eventuais transtornos para a vida conjugal.

O elemento transgeracional, segundo Eiguer (2006), tem um papel importante na vida do casal, mas deve ser analisado junto com outros fatores. As heranças não são um elemento essencial para o casal, mas estão sempre presentes. O vínculo conjugal tende a se inspirar no modelo de casal dos pais, mas também dos avós ou dos ancestrais dos parceiros, o que se reatualiza em brigas concretas ou em projetos. A manutenção de um vínculo conjugal pode satisfazer uma ou mais identificações.

Sobre a questão da fragilidade dos vínculos amorosos contemporâneos

As histórias clássicas de amor demonstram uma superficialidade ao transmitirem a ideia do “viveram felizes para sempre”, como se a efetivação matrimonial da relação amorosa culminasse na supressão de todas as adversidades existenciais e o futuro das grandes conquistas amorosas é conquistado por meio da vitória sobre uma série de atribulações. De acordo com Bittencourt (2014), nessas histórias, o príncipe encantado mata o dragão, vence os sortilégios da bruxa, esconjura os mais terríveis poderes diabólicos e assim, consegue finalmente se unir amorosamente com sua donzela. Contudo, como fica a vida desse casal após sobrepujarem todas essas barreiras? Será que essa vida a dois permanece intensa e cheia de emoções? Será que a estabilidade existencial não prejudica a efervescência da paixão amorosa e deixa o casal em um modo de viver insípido? Talvez sim, talvez não. Dessa forma, não é mais possível ignorar a crescente heterogeneidade do mundo em que vivemos para além dos contos de fada. De acordo com Zanetti (2012) a contemporaneidade contempla condições socioculturais e econômicas de existência que representam um cenário competitivo, com valores instáveis e efêmeros, em que a individualidade toma um lugar central e promove sujeitos mais autônomos e, ao mesmo tempo, mais fragilizados (Bauman, 2001; Giddens, 1991). Essas mudanças solapam a estruturação de um mundo em que os valores de referência estavam profundamente arraigados e estabelecidos, eram bem fundamentados e promoviam a construção de identidades e de vínculos também consistentes (Bauman, 2001, 2004). Dessa forma, o dinamismo promovido pela contemporaneidade engendra condições contemporâneas socioculturais e econômicas que estão associadas a mudanças de paradigmas e de valores de referências, por sua vez, capazes de interferir na construção subjetiva dos indivíduos e na organização dos vínculos

(Zanetti & Gomes, 2013). Diante dessas condições, o que podemos observar, em decorrência, é uma fragilização em torno da construção e da manutenção dos vínculos intersubjetivos.

Kaës (2005b) assinala que o mal-estar em nosso mundo moderno, também diagnosticado por outros autores (Bauman, 2001; Giddens, 1991; Lipovetsky, 2004), decorrente das múltiplas transformações socioculturais interfere nesta função da cultura. Kaës considera que essas mudanças "põem em xeque as crenças e os mitos que asseguram a base narcísica de nosso pertencimento a um conjunto social" (Kaës, 2005a, p. 53), comprometem os fundamentos da identidade, a base segura da convivência necessária para a vida em comunidade, e provocam falhas nos processos de apoio e de continuidade.

É fato que os seres humanos por serem seres sociais, precisam uns dos outros e isto adquire uma maior importância quando o assunto é o Amor; Shinyashiki e Dumêt (2002), advogam que o amor é uma condição inerente ao ser humano e, embora tal situação aconteça e que os seres humanos precisem uns dos outros, eles são seletivos. Desta forma, pode-se dizer que diferentes pessoas unem-se a outras por diferentes motivações e princípios. No entanto, as pessoas não se associam a todos e nem a qualquer um. Este encontro não é caótico, como poderia se pensar, e de acordo com a psicologia guia-se por alguns princípios que se norteiam a decisão dos atributos que cada qual gostaria de encontrar em uma parceria amorosa (Almeida, 2004). Barthes (1981), já advertia: "Encontro pela vida milhões de corpos; destes milhões posso desejar apenas centenas; mas dessas centenas, amo apenas um" (p. 14). Contudo, Eros, segundo Figueiredo (2007), é o portador da diferença e da ambivalência entre o prazer e a dor: comporta um aumento de tensão, o rompimento de um equilíbrio e abre espaço para a dimensão do traumático. E conclui que o que está em jogo na construção dos vínculos amorosos é justamente a diferença, e a capacidade de lidar com essa diferença, com a alteridade de maneira que se torne íntima e desconhecida ao mesmo tempo.

Para psicanalistas adeptos da Teoria do Vínculo (Berenstein, 2010; Eiguer, 2008), a presença do outro demanda um trabalho de reconhecimento da alteridade, que ao mesmo tempo é modificadora do vínculo. Isto significa que aspectos relativos à singularidade do outro sujeito têm a potencialidade de atingir a constituição subjetiva do sujeito.

Uma experiência ética de alteridade pressupõe a capacidade de respeitarmos rigorosamente as diferenças do outro, afirmando-as como se fossem nossas próprias qualidades. A capacidade de amar nos faz acolher em nosso íntimo a intensidade existencial do outro. Para Ortega y Gasset:

Em vez de esperar que o objeto venha até mim, sou eu que vou até o objeto e me torno parte dele. No ato amoroso saímos de nós próprios: talvez seja a tentativa por excelência de que a natureza dispõe para que cada um saia de si em direção a outra coisa. Não é o objeto que é atraído por mim, sou eu que gravito na sua direção (Ortega y Gasset, 2002, p. 13).

A relação amorosa nos coloca em um grande impasse ético: até que ponto é possível e pertinente mudarmos nosso modo de ser para agradar nosso (a) parceiro (a)? Será que a vivência amorosa autêntica não toleraria as particularidades mais desagradáveis da pessoa amada? Ora, essa questão certamente é aporética, mas podemos analisá-la em diversos enfoques. De fato, o amor exige aceitação da singularidade do outro, pois nem sempre convém que mudemos as pessoas

conforme nossa conveniência; entretanto, ao mesmo tempo é uma prova de amor a capacidade do ser amado se esforçar em modificar suas qualidades mais destoantes em relação ao gosto do amante para que a harmonia afetiva reine nessa comunhão afetiva. No entanto, será que essa mudança não representa a castração daquilo que existe de mais original na pessoa amada? Mas também será que o desejo de permanecer tal como se é não seja uma preguiça existencial, um comodismo? Talvez a grande sabedoria amorosa consista na difícil capacidade de conciliarmos nossas expectativas acerca da capacidade de adequação da pessoa amada ao nosso próprio crivo pessoal com o respeito por suas particularidades ainda que excêntricas. Em caso contrário, correremos o risco de fazer de nossas relações interpessoais uma mera projeção de nossa subjetividade, circunstância que certamente tornaria a vida monótona, repetitiva. Edgar Morin (2011) aponta que “a autenticidade do amor não consiste em projetar nossa verdade sobre o outro e, finalmente, ver o outro exclusivamente segundo nossos olhos, mas sim de nos deixar contaminar pela verdade do outro” (p. 30). Adicionalmente Lévinas cogita que:

Amar é existir, como se o amante e o amado estivessem sós no mundo. A relação intersubjetiva do amor não é o início, mas a negação da sociedade. E existe aí, certamente, uma indicação sobre sua essência. O amor é o eu satisfeito pelo tu, captando em outrem a justificação do seu ser. A presença de outrem exaure o conteúdo de tal sociedade. O calor afetivo do amor realiza a consciência desta satisfação, deste contentamento, desta plenitude encontrada fora de si, excêntricos. A sociedade do amor é uma sociedade a dois, sociedade de solidões, refratária à universalidade (Lévinas, 2007, p. 43).

Dessa forma, podemos considerar a relação amorosa como uma experiência política da singularidade calcada na esfera da imanência, pois, apesar de quisermos seguir a máxima da “felicidade para sempre” no matrimônio ou em qualquer relação afetiva extensivamente duradoura, tal estado de plenitude existencial de modo algum se encontra atrelado ao contrato estabelecido. Sob a pretensa “felicidade para sempre” esconde-se uma série de paradigmas agônicos que são justamente a chama que revitaliza a relação amorosa.

As clássicas histórias fabulosas de amor rondam no éter da imaginação por conta de seu silêncio acerca do futuro das grandes conquistas amorosas após a vitória sobre uma série de atribulações. O príncipe encantado mata o dragão, vence o sortilégio da bruxa, esconjura os mais terríveis poderes diabólicos e assim consegue finalmente se unir amorosamente com sua donzela. Contudo, como fica a vida desse casal após sobrepujarem todas as barreiras? Será que essa vida a dois permanece intensa de emoções? Será que a estabilidade existencial não prejudique a efervescência da paixão amorosa e deixe o casal em um modo de viver insípido? Talvez sim, talvez não. Por isso é que ao longo das eras, diversos poetas e pensadores propuseram inúmeras artes amadoras, não como um caminho universal a ser seguido pelos amantes pósteros, mas sim como uma experimentação ético-estética da busca pela felicidade, ainda que situada, no amor, e de que maneira essa relação se associa ao plano da axiologia. Afinal, o amor é a disposição afetiva mais complexa de ser avaliada pela lógica da linguagem usual, muito menos pelo discurso científico e seu projeto de racionalização técnica do mundo.

Considerações finais

A contemporaneidade contempla formas de estruturação da subjetividade amplamente perpassadas por condições de existência socioculturais e variáveis econômicas. A clínica vincular, situada nessa contemporaneidade é parte do campo psicanalítico que, herdeira de suas concepções, ampliou-as para dar lugar a novas dimensões, em particular aquelas que dizem respeito ao campo da intersubjetividade.

Assim, o que se observa de acordo com o ponto de vista da clínica vincular é que a existência de uma parceria amorosa é o resultado de um funcionamento intrapsíquico de cada parceiro associado ao tipo de vínculo de cada um desses, traduzindo-se em modelos intergeracionais um do outro. Em outras palavras, a parceria existe em função da submissão egóica do outro. E se os parceiros se unem, eles o fazem porque precisam desse tipo de vinculação. As estruturas vinculares são estruturadas via pactos, normas, acordos, regras e teorias inconscientes. Por isso, na psicoterapia vincular de casais buscamos primeiramente detectar a forma de vinculação estabelecida pelo casal e não a queixa, propriamente dita.

O trabalho da psicoterapia vincular é lidar com as diferenças, com o alheio, com o que não temos acesso, o que não conhecemos do outro, como ele é. Há que se ter em mente que a cada nova ligação entre “eu” e um outro há um novo vínculo estabelecido, portanto uma nova subjetividade. O vínculo vem antes da linguagem e resulta de um conjunto de acordos, pactos e regras, na sua imensa maioria, inconscientes. São itens que juntos operacionalizam o funcionamento familiar: padrões de realização do desejo de um e de outros, padrões de frustração e privações, defesas que protegem estes acordos para mantê-los estáveis (defesas vinculares, pacto denegativo), características da cotidianidade, relações econômicas, projetos compartilhados com o objetivo de criar um ambiente agradável para todos os membros. No entanto, nenhum desses fatores, isoladamente, é suficiente para que um sujeito escolha ou se mantenha ligado a outro, nem são elementos capazes de dar conta da realidade psíquica inconsciente que compartilham.

Referências

- Almeida, T. (2004). A gênese e a escolha no amor romântico: Alguns princípios regentes. *Revista de Psicologia (Fortaleza)*, 22, 15-22.
- Araújo, M. F., Gomes, I. C., & Paiva, M. L. S. C. (n. d.). *Aportes teóricos da psicanálise vincular e sua aplicação no atendimento a casais*. Retirado em 08/06/2014 do <http://pt.scribd.com/doc/91250738/Psicanalise-Vincular>
- Barthes, R. (1981). *Fragmentos de um discurso amoroso*. (M. V. M. Aguiar, trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. (C. A. Medeiros, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Berenstein, I. (1998). *Conferência: Mundo interno y mundo vincular*. Hermanas Hospitalarias de Saint Bois. Barcelona. Retirado em 20/06/2014 do <http://www.revistacontemporanea.org.br/site/wp-content/artigos/artigo58.pdf>
- Berenstein, I. (2010). Conflictos en la pareja y/o conflictos de pareja. *Actualidad Psicológica*, 7-10.
- Berenstein, I., & Puget, J. (2004-2005). *Curso de psicoanálisis de família*, Nível I e II, promovido pelo Campus Virtual da APDEBA. Disponível em: <<http://www.apdeba.org>> Acesso em: 19/10/2004.
- Bertrran, D. E., & Gomes, I. C. (2013). A vincularidade enquanto malha e seu esgarçamento ante o luto. *Pensando Famílias*, 17(1), 77-88.
- Bittencourt, R. N. (2013). As contingências do amor e a dissolução da alteridade amorosa no capitalismo afetivo. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 3(6), 2-40.
- Bittencourt, R. N. (2014). A polifonia do amor e sua inefável expressão comunicacional. *Logos e Veritas*, 1 (4), 2014.
- Bion, W. R. (1975). *Experiências com grupos: Os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Calligaris, C. (2009, 10 de setembro). Casamentos possíveis. *Folha de São Paulo*, p. E14.
- Castoriadis-Aulagnier, P. (2001). *La violencia de la interpretación: Del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Eiguer, A. (2006). Por un psicoanálisis familiar recreativo. *Revista Psicoanálisis e Intersubjetividad*, (1) Recuperado em 23 de junho de 2014 de <http://www.intersubjetividad.com.ar/website/articulop.asp?id=159&idioma=&idd=1>
- Eiguer, A. (2008). *Clinique psychanalytique du couple*. Paris: Dunod.
- Fernandes, M. I. A. (2004). Algumas reflexões sobre a negatividade na construção dos laços sociais. *Vínculo*, 1(1), 9-16.
- Figueiredo, L. C. M. (2007). Confiança: A experiência de confiar na clínica psicanalítica e no plano da cultura. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(3), 69-87.
- Freud, S. (2006a). Identificação. In *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (v. 18; pp. 115-120). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1921).
- Freud, S. (2006b). Psicologia de grupo e a análise do ego. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (v. 18, pp. 79-154). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1921).
- Freud, S. (2006) O mal-estar na civilização. In S. Freud, O futuro de uma ilusão o mal-estar na civilização e outros trabalhos. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (v. 21, pp. 67-148). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1929).
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Gomes, I. C. (2007). *Uma clínica específica com casais: Contribuições teóricas e técnicas*. São Paulo: Escuta/FAPESP.
- Gomes, I. C. & Zanetti, S. A. (2009). Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: Relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. *Psicologia USP*, 20(1), 93-108.

- Granjon, E. (2000). A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. Ruiz (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Jarolavsky, E. & Morosini, I. (2010, julho). Sufrimiento vincular y sus transformaciones en el psicoanálisis de pareja y familia. In *Mesa redonda. Trabajo sobre el vínculo. Sesión especial, 4 Congreso AIPCF*. Buenos Aires: AIPPF.
- Kaës, R. (1991). El pacto denegativo en los conjuntos trans-subjetivos. In A. Misserand et al. (Orgs.), *Lo negativo, figuras y modalidades*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2001). O sujeito da herança. In R. Kaës, H. Faimberg, M. Enriquez & J. J. Baranes (Orgs.), *Transmissão da vida psíquica entre gerações* (pp. 9-25). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2003a). O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura. *Psicologia USP*, 14(3), 15-34.
- Kaës, R. (2003b). A negatividade: Problemática geral. *Psicologia USP*, 14(1), 21-36.
- Kaës, R. (2005a). *Espaços psíquicos compartilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2005b). *La structuration de la psyché dans le malaise du monde moderne*. Paris: ERES.
- Kaës, R. (2009). *La transmission de la vie psychique et les contradictions de la modernité*. Paris: ERES.
- Lévinas, E. (2007). *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade*. (P. S. Pivatto, trad.). Petrópolis: Vozes.
- Lipovetsky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla.
- Mandelbaum, B. (2007). Transmissão transgeracional e a clínica vincular. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(3), 175-179.
- Mateus, T. G. (2007, abr/mai/jun). Considerações acerca das indicações de atendimento em psicanálise vincular. *Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, 2, 185-197.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moguillansky, R. (1999). *Vínculo y relacion de objeto*. Buenos Aires: Editorial Polemos.
- Morin, E. (2011). *Amor, poesia, sabedoria*. (E. A. Carvalho, trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ortega y Gasset, J. (2002). *Estudos sobre o amor*. (E. C. Neves, trad.). Lisboa: Relógio d'Água.
- Paiva, M. L. S. C. (2009). *A transmissão psíquica e a constituição do vínculo conjugal*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Puget, J. & Berenstein I. (1993). *A psicanálise do casal*. São Paulo: Artes Médicas.
- Shinyashiki, R. T. & Dumêt, E. B. (2002). *Amar pode dar certo*. (143. ed.). São Paulo: Gente.
- Silva, M. L. D. & Becker, P. S. H. (2006). A Transmissão do não representado: o trabalho do negativo. In A. Piva (Org.). *Transmissão transgeracional e a clínica vincular*. (cap. 3, pp. 97-120). Casa do Psicólogo: São Paulo.
- Trachtenberg, A. R. C., Kopitke, C. C., Pereira, D. Z. T., Chem, V. D. M., & Mello, V. M. H. P. (2005). *Transgeracionalidade: De escravo a herdeiro: Um destino entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Zanetti, S. A. S. (2012). *A opção por não se vincular amorosamente de maneira compromissada entre as condições de existências contemporâneas e a herança psíquica geracional*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Zanetti, S. A. S. & Gomes, I. C. (2013). Vínculos amorosos contemporâneos frágeis. *OMNIA Saúde*, 10, 36-45.

Endereço para correspondência

thiagodealmeida@thiagodealmeida.com.br

Enviado em 11/06/2014

1ª revisão em 05/07/2014

Aceito em 11/07/2014